



Úrsula Bezerra,
Coordenadora do curso
de Direito

Assédio sexual e desigualdade salarial



O trabalho da aluna Tatiana Vieira de Almeida, orientado pelo professor Marcelo Maurício da Silva, destaca como o assédio sexual pode afetar a carreira e o princípio da isonomia salarial para a mulher. Segundo o estudo da aluna, uma pesquisa realizada pelo site Vagas.com e veiculada pelo portal de notícias BBC Brasil aponta que 9,7% dos trabalhadores brasileiros já sofreram alguma violência desse tipo, sendo 80% destes mulheres.

A metodologia empregada para a realização deste trabalho se deu a partir de pesquisas bibliográficas acerca do Direito do Trabalho, além de apreciações legislativas e de casos concretos, utilizando-se principalmente dos mé-



Tatiana Vieira pesquisou sobre assédio e disparidade salarial entre gêneros

todos de procedimento comparativo, estatístico e tipológico. De acordo com a pesquisa, verifica-se que aproximadamente 80% das mulheres que sofrem assédio sexual no trabalho deixam seus empregos em dois anos. Empregos com

salários mais altos oferecem riscos maiores de assédio sexual, conforme o estudo.

"O assédio pode gerar práticas discriminatórias, perseguição ou constrangimento para a vítima, que geralmente está em hierarquia inferior ou é desacreditada quando resolve denunciar. Tal fato leva a uma quebra do princípio da isonomia, pois culmina na restrição da possibilidade de progressão profissional e salarial das mulheres", conclui a aluna. Ela ressalta que, apesar da existência de diversos regulamentos jurídicos que preveem o princípio da isonomia salarial, o assédio sexual a mulheres enseja a disparidade laboral entre os gêneros em termos de remuneração, segurança e estabilidade.

Redes sociais enquanto prova

O objetivo do trabalho da aluna Marília Saint-Clair Teodósio, orientado pela professora Ana Mônica Medeiros, é analisar a influência do Direito Digital, em especial, das redes sociais, no sistema probatório e sua conformidade com a Constituição Federal, mostrando a sua evolução e atuação no Direito Processual Brasileiro. É sabido que o aspecto imediato das publicações feitas em sites da internet é de imensa valia para aquele que quer constituir matéria de prova contra outrem. No entanto, deve-se haver o questionamento quanto ao caráter constitucional do assunto em tela, pois há de se observar qual o limite do direito à prova, frente ao direito à privacidade.

Partindo-se da análise de decisões judiciais nos tribunais brasileiros, isto é, situações concretas de aplicação do Direito Digital e do uso das redes sociais em caráter de prova, no sentido de buscar uma reflexão jurídica mais ampla, para fins de compreensão da proteção à privacidade e à prova. Como método de procedimento, foi



Marília questiona uso das publicações em redes sociais no sistema jurídico

aplicado o estudo de caso, visando proporcionar maior densidade teórica à pesquisa, a qual envolve levantamento bibliográfico. Conclui-se que as questões que envolvem o direito devem ser analisadas de maneira singular, de acordo com o caso concreto, com o intuito de proteger os princípios e garantias básicas da sociedade. Ao analisar o levante dessa temática, que diz respeito aos limites de cada prerrogativa, verifica-se que na medida em que o judiciário fiscaliza a prática de determinados atos, estes são menos contraditórios.

Fake news nas discussões do TSE

A propaganda eleitoral é o instrumento legalmente estabelecido a fim de que os concorrentes do pleito possam ser conhecidos pela comunidade que irá às urnas, observando-se a igualdade de oportunidades entre os candidatos. Nos tempos atuais, o termo “fake news” entrou em voga e no centro de debates contra as informações falsas que afetam negativamente a democracia. O assunto entrou, inclusive, na pauta de debates no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados confirmam a insatisfação com as “Fake News” e a expectativa de mudança dessa realidade por nossos legisladores. Mais de 10 projetos de lei sobre o tema tramitam na Câmara. Dessa forma, a preocupação em mudar o rumo desses acontecimentos levou o TSE a pensar em regras de comportamento online para partidos e candidatos. A pesquisa Propaganda eleitoral e a “fake news”: uma investigação frente às discussões do TSE, dos alunos Beatriz Abrantes e Thomaz Lacerda, orientada pela pro-



Beatriz (blusa vermelha) e Thomaz pesquisaram as notícias falsas em pleitos eleitorais

fessora Lenice Moreira, visa discorrer e apontar os malefícios trazidos por uma campanha em que se usam informações equivocadas com a intenção de prejudicar os candidatos que disputam o pleito. “As notícias falsas sempre estiveram presentes em tempos de eleição, contudo, com o advento da internet, a disseminação de histórias forjadas adquiriu uma dimensão maior. Em razão disso, a fiscalização competente torna-se de extrema importância para o processo eleitoral”, concluem os alunos.

Trabalhos premiados



PÔSTER

1º - Reincidência em Face da Teoria “Etiquetamento Social”: Uma Análise do Desvio Secundário no Contexto Penitenciário do Estado do RN.

Autoras: Helena Christina Brandl e Maria Clara Felipe da Cruz. Orientadora: Lenice Silveira Moreira de Moura.

2º - Análise do Efeito da Remoção do Imposto de Renda Retido em Fonte dos Servidores Públicos do Executivo e Legislativo Estaduais do RN: Implicações Constitucionais, Sociais e Análise do Risco de Configuração de Fraude nas Contas Públicas.

Autor: Ygor Bastos Mesquita Minora de Almeida. Orientadora: Lenice Silveira Moreira de Moura.

3º - O Discurso do Ódio Mascarado de Liberdade de Expressão nas Redes Sociais: Uma Análise à Luz da Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais. Autores: Venicius Mateus Cabral Garcia e Sergiane Queiroz de Oliveira. Orientadora: Lenice Silveira Moreira de Moura.

COMUNICAÇÃO LIVRE

1º - Reforma Trabalhista e Segurança Jurídica: Flexibilização de Direitos e Precarização das Relações de Trabalho à Luz da Constituição Federal Brasileira.

Autoras: Sulamita Figueiredo Bezerra da Silva Hipólito e Beatriz Silveira Santiago. Orientadora: Ana Mônica Medeiros Ferreira.

2º - Moeda Virtual: Uma Análise da Regulamentação e Jurisdição Brasileira ao Uso do “Bitcoin” Sob o Prisma da Segurança Jurídica.

Autores: Sarah Beatriz Melo do Nascimento, Felipe César de Sousa Conrado Pontes e Clarissa Pereira Matias da Costa. Orientadora: Ana Maria de Araújo Ananias.

3º - Trabalho Escravo Infantil: Uma Análise das Violações aos Direitos Humanos Fundamentais no Rio Grande do Norte.

Autoras: Brenda Abdon Miranda de Oliveira e Vanessa Cristina Diógenes Estevam. Orientadores: Walber Cunha Lima e Lenice Silveira Moreira de Moura.